

Crescimento das renováveis segue inabalável nos países do G20

Relatório destaca Brasil como uma das geografias mais vulneráveis às mudanças climáticas

As instalações de energia limpa estão crescendo de modo sustentado em todas as nações do G20, mas os governos precisam acelerar o abandono dos combustíveis fósseis para cumprir as metas do Acordo de Paris. Essa é a conclusão do relatório Climate Transparency (Transparência Climática) de 2020, uma colaboração anual entre 14 grandes institutos de pesquisa que avaliaram o desempenho climático dos países do G20 em 2019 e os impactos em termos de emissões que as respostas econômicas dos governos à crise da Covid-19 podem gerar.

Com China, Japão e Coréia do Sul aderindo mais recentemente à corrida pela neutralidade de carbono até meados do século, o relatório identifica a necessidade de se estabelecer metas climáticas mais duras, mas os investimentos de curto prazo ainda não são coerentes com essa tendência. Nesse cenário, os pesquisadores advertem que a ação coletiva do G20 — que representa 75% das emissões globais de gases de efeito estufa — é insuficiente para evitar níveis perigosos de aquecimento global. E alertam que trilhões de dólares direcionados aos pacotes de estímulo em decorrência da pandemia terão as energias fósseis como principais beneficiárias se não forem estabelecidas condicionantes climáticas. Segundo o estudo, treze países já apresentaram planos de resgate de companhias aéreas sem nenhuma contrapartida climática, enquanto metade está subsidiando os setores de gás e carvão.

O foco principal do relatório Climate Transparency são as emissões de CO₂ dos setores de energia do G20. Em 2019, elas caíram pela primeira vez em função do crescimento das energias renováveis e de políticas ambientais e não por choques externos, como ocorreu na crise financeira de 2008-2009. E até o fim deste ano, haverá uma redução de 7,5% em relação aos níveis do ano passado.

O abastecimento de energia elétrica do G20 continuou fortemente atrelado a combustíveis fósseis (81,5%) em 2019, mas a participação das renováveis aumentou em 19 países no mesmo período, com exceção da Indonésia. As projeções indicam que em 2020 esse crescimento será verificado em todos os membros do grupo, com as renováveis alcançando uma fatia de quase 28% das fontes totais de energia, incluindo as duas únicas economias — Rússia e Arábia Saudita — que não têm políticas de incentivo à energia limpa.

"Antes da pandemia, os resultados da ação climática estavam se concretizando em alguns setores relacionados à energia e a crise consolidou essas tendências", avalia Jorge Villarreal. "Mas sem novas ações climáticas, esses efeitos serão temporários e as concentrações de CO na atmosfera continuarão a aumentar. As escolhas políticas nos próximos meses determinarão se os países do G20 conseguirão dobrar a curva de emissões de forma sustentável".

Brasil vulnerável

Embora não seja o foco do estudo, o desmatamento foi o principal ponto de preocupação do relatório sobre as emissões brasileiras. "Entre 2012 e 2019 o nível de desmatamento cresceu 122%. Se o desmatamento fugir de controle, as metas estipuladas pelo Brasil em sua NDC não serão alcançadas", explica William Wills, que liderou a produção do capítulo brasileiro do relatório. "O país precisa reestabelecer e fortalecer suas políticas de combate ao desmatamento ilegal", alerta o pesquisador sênior do CentroClima/COPPE/UFRJ.

Além disso, o relatório alerta que o Brasil está entre os países mais vulneráveis aos eventos extremos que já estão sendo intensificados pelas mudanças climáticas e que se tornarão mais mortais em um cenário de aquecimento da atmosfera acima de 1,5°C, ao lado de Austrália, França, Itália, México, Turquia, Índia, Arábia Saudita e África do Sul. Neste grupo, apenas a Arábia Saudita não apresentou um plano de adaptação. O relatório calcula que nos últimos 20 anos, os países do G20 perderam aproximadamente 220 mil vidas e 2,6 trilhões de dólares em decorrência de eventos meteorológicos severos, como ondas de calor, inundações, estiagens e queimadas.

No dia 25/11 será realizado um seminário para a discussão do capítulo brasileiro do relatório do Climate Transparency Report 2020. O evento será realizado em formato online, das 14h às 15h e contará com a participação de Prof. Emilio Lèbre La Rovere (CentroClima/PPE/COPPE/UFRJ), Gustavo Pinheiro (ICS), Alvaro Umaña (Co-fundador do Climate Transparency e Ex-Ministro de Meio Ambiente da Costa Rica), André Guimarães (Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura), Viviane Romeiro (WRI Brasil).

#####

Notas para o Editor:

William Wills (CentroClima/COPPE/UFRJ) é o porta-voz brasileiro do relatório Climate Transparency e está disponível para entrevistas.

Informações de contato: +55 21 998719827; climatetransparency@lima.coppe.ufrj.br

Sobre o Climate Transparency

A Transparência Climática é uma parceria global que reúne especialistas de organizações de pesquisa e ONGs na maioria dos países do G20. A iniciativa tem como missão incentivar ações climáticas ambiciosas nos países do G20, informando os formuladores de políticas e estimulando o debate nacional.

Sobre o Relatório Transparency report

O Relatório de Transparência Climática (conhecido anteriormente como "Brown to Green Report") é a mais abrangente revisão anual de ação climática dos países do G20 e sobre os estágios de sua transição para uma economia líquida de emissões zero. A avaliação independente se baseia no conjunto mais recente de dados produzidos por instituições de renome internacional, como a OCDE, o Banco Mundial e a Agência Internacional de Energia (AIE), além de dados qualitativos dos principais especialistas mundiais na área. A revisão se baseia em 100 indicadores de adaptação, mitigação e financiamento, tendo como referência o teto de 1,5°C de aquecimento global, e buscando dar transparência às boas práticas e às deficiências.

O relatório deste ano é composto de duas partes: a avaliação política anual baseada em dados do relatório anterior; e uma análise complementar sobre os impactos da crise da Covid-19 e dos esforços de recuperação econômica sobre a ambição climática dos países.